

**EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº
1.647.017 - RS (2017/0001567-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ANA PAULA SERAFIN GARCIA
**ADVOGADO : ANA PAULA SERAFIN GARCIA (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - RS061656**
EMBARGADO : UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA
EMBARGADO : FUNDAÇÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO
ADVOGADOS : TATIANA GOULART E OUTRO(S) - RS051766
GUILHERME ALVES VITOR DA SILVA - RS081094
RICARDO ROMANINI DE AZEVEDO - RS099631

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DESTES ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NÃO CONHECEU DOS ANTERIORES ACLARATÓRIOS ANTE A INTEMPESTIVIDADE.

1. Os embargos de declaração têm fundamentação vinculada às hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/15, sendo cabíveis apenas para sanar omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

2. Esta Corte Superior entende que informações prestadas por terceiro, como serviços de acompanhamento de publicações, não são capazes de afastar a intempestividade, pois essa deve ser aferida com base na data de publicação do diário de justiça eletrônico. Precedentes. 2.1. Ausente erro material no acórdão, que constatou a intempestividade tendo por base a data de publicação do DJe.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

